

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



**ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO**

ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM
SAÚDE

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Amanda Cristina Creppe

A ABORDAGEM DO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA SEGUNDO A
IMPrensa: UMA ANÁLISE DO CASO NO ESTADO DO PARÁ

Rio de Janeiro

2011

Amanda Cristina Creppe

A ABORDAGEM DO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA SEGUNDO A
IMPrensa: UMA ANÁLISE DO CASO NO ESTADO DO PARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio como requisito
final para aprovação no curso técnico de
nível médio em saúde com habilitação
em Vigilância em Saúde.

Orientadora: Ray Luiza Soares Salgado
Müller

Rio de Janeiro

2011

Amanda Cristina Creppe

A ABORDAGEM DO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA SEGUNDO A
IMPrensa: UMA ANÁLISE DO CASO NO ESTADO DO PARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio como requisito
final para aprovação no curso técnico de
nível médio em saúde com habilitação
em Vigilância em Saúde.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

(Ray Luiza Muller, EPSJV/ FIOCRUZ)

(Daniele Ribeiro de Moras, EPSJV/FIOCRUZ)

(Marco Antônio Carvalho Santos, EPSJV/FIOCRUZ)

Dedico este trabalho aos meus avôs, Jair e Maria José; à minha mãe, Ana; e aos amigos que estiveram do meu lado.

O bote mortal contra a Amazônia é armado na moita. Primeiro, o fazendeiro contrata uma madeireira para arrancar mogno de suas terras. Depois, vende outras árvores nobres, como a castanheira, o ipê e o cedro. A motosserra abre grandes clareiras na mata. Enfraquecida, a floresta sofre. A vegetação das bordas morre. Alguns fazendeiros mandam cortar também as madeiras brancas, usadas na fabricação de compensados e tábuas para a construção civil. Quando a floresta está esgotada, o fazendeiro dá o golpe final. Acende tochas feitas com pneus velhos e toca fogo. A mata arde por alguns dias. No momento em que o fogo se apaga, só restam cinzas e poucos troncos teimosos fincados como palitos na paisagem calcinada. À primeira chuva, o fazendeiro semeia capim (Veja, 07/04/99).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo que me foi concebido, pela vida que me propôs a ter e principalmente, pelas oportunidades que tive e que ainda tenho, para que eu pudesse alcançar uma vida de sucesso e sabedoria, sem esquecer também das dificuldades e dos dias difíceis onde me fez crescer e ter sabedoria para enfrentá-los.

Agradeço a minha família, que sempre fez o possível para que eu pudesse crescer profissionalmente, sabendo respeitar o espaço de cada um e ser grata pelas oportunidades oferecidas, agradecendo principalmente aos meus avôs e a minha mãe, que estiveram sempre ao meu lado apoiando nas minhas decisões e escolhas.

Não poderia deixar de agradecer e mencionar todos os professores do Laboratório de Formação Geral (LABFORM) e ao Laboratório de Vigilância em Saúde (LAVSA) pela paciência e por toda a aprendizagem passada, por me apoiarem e estarem do meu lado nos momentos mais difíceis que eu tive, em especial nesse último ano em que ajudaram a me reerguer e lutar pela minha conquista. Pude aprender que é lutando e nos esforçando por aquilo que queremos é que obtemos o resultado esperado. A minha orientadora Ray Luiza que depositou confiança em mim para a realização deste trabalho e esteve ao meu lado quando eu mais precisei; ao professor Paulo Henrique, que além de professor ofereceu a mim um amor e carinho de pai; a coordenadora de estágio Ieda e a professora Daniele pela força e confiança, sou eternamente grata e agradeço de coração a todos vocês.

E por fim, não poderia deixar de mencionar também aqueles que estiveram comigo durante os três anos dentro da Politécnica, aqueles que me fizeram sentir total amor e carinho por eles e que estiveram do meu lado nos momentos de maior dificuldade e também de alegria. Aos meus amigos, que procuraram sempre depositar carinho, amor e confiança em mim todo esse tempo, sempre me aconselhando e me ajudando em todos os momentos difíceis. Aos risos e choros de todos os dias e as críticas que com certeza, ajudaram na minha formação como pessoa e como profissional, em especial Marina, para quem não existe definição da amizade que temos e do quanto foi tudo o que ela fez por mim, é de fato uma irmã que eu não tive a oportunidade de ter; a Bianca, Lorena e Marcelly que estiveram do meu lado sempre e que mesmo com as brigas e discussões, puderam me fazer muito feliz; ao Caio que me ofereceu uma amizade incomparável e muitas das vezes, estabilizou a minha fé; e por fim, ao Wallison que sem dúvidas me fez muito feliz e apesar de tudo, esteve sempre do

meu lado me dando força para me levantar. Obrigada a todos vocês e quero que saibam que sou eternamente grata por todos os dias que me fizeram sorrir e chorar.

RESUMO

O trabalho aborda o desmatamento da Amazônia relatando a extensão deste, as principais causas, como lucro obtido pela extração dos recursos naturais da floresta; os impactos causados, tendo como exemplo a perda da biodiversidade e da produtividade da terra e as práticas adotadas para o desflorestamento, destacando o papel da imprensa no que diz respeito à transmissão das informações, sejam elas relevantes ou não para o seu público-alvo. Tendo como base todas as informações relativas ao desmatamento e o papel da imprensa, precisamente da revista Veja, pretende-se fazer uma análise desde a década de 70, quando eram transmitidas poucas notícias sobre o assunto, apesar de que ter sido a década em que consideravelmente, deu-se o início do grande processo de desflorestamento da Amazônia devido, principalmente, às construções de rodovias e as pastagens como uso para criação de gado.

Palavras-chave: desmatamento da Amazônia. Imprensa. Informações transmitidas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	IMPrensa – O jornalismo a serviço do bem comum.....	14
3	A AMAZÔNIA DESMATADA.....	17
	3.1 Extensão do desmatamento.....	17
	3.2 As principais causas.....	20
	3.3 Os impactos.....	23
	3.4 A grilagem e a eco grilagem no Estado do Pará.....	27
	3.4.1 Porque o Estado do Pará é um dos mais afetados pelos conflitos de terra?.....	29
4	AMAZÔNIA NA IMPrensa.....	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia é considerada a maior área de extensão de floresta tropical do mundo, e 59% dela está em território brasileiro (IBGE, 2007), onde abrange cerca de 10 estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e 5 municípios de Goiás (IBGE, 2008). Para dar início ao estudo, foi escolhido um dos estados para ser estudado: o Pará, que se configura como um dos líderes em desmatamento na região. Segundo Luft (2005), a indústria madeireira danificou grande parte da floresta nas últimas três décadas, correspondente a 17% da Amazônia brasileira. A questão do desmatamento da Amazônia será enfatizada a partir da década de 70, quando, de acordo com o contexto histórico da época, o Brasil tinha como presidente Emílio Garrastazu Médici que tinha o objetivo de promover a urbanização e ocupação econômica da região amazônica, e a questão do desmatamento era pouco citada nas matérias de jornais e revistas. A acelerada destruição promovida pelo governo militar, que tinha a pecuária em larga escala como investimento local e assim, a formação de pastos, e construção de estradas que ligam o Centro-Sul à região Norte, por exemplo. O gráfico abaixo mostra o percentual de desmatamento na Amazônia Legal por estado no ano de 2009:

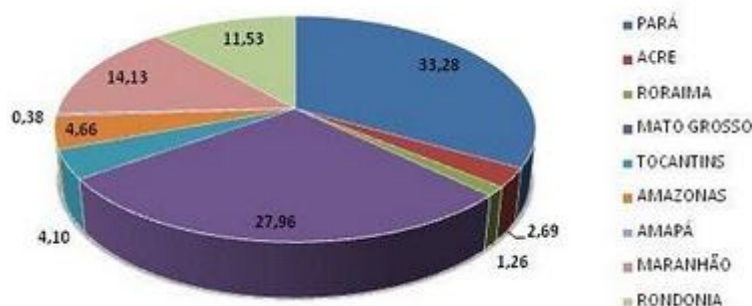


Gráfico 1: Percentual de desmatamento na Amazônia Legal por Estado (%)

Fonte: INPE - 2009

A escolha do tema se deve ao fato de haver um interesse pessoal sobre a Floresta Amazônica e seus problemas, que influenciam, de maneira geral, a sociedade. O tema proposto é uma questão de muita relevância na atualidade, no que diz respeito à população mundial e outras espécies de vida do planeta e além da questão da mídia impressa, que atua como agente multiplicador de informações, transmitindo as mesmas para a sociedade e muitas vezes, de uma forma que não possa ser contestada pela população. Além disso, a escolha do tema resulta em um maior aprimoramento do

conhecimento, principalmente dos que obtiverem acesso ao trabalho, com o aprofundamento nos fatores que influenciam o desmatamento; das questões que se ligam aos seres vivos da floresta; da população – não apenas da região enfatizada no trabalho –, mas de um modo geral; e principalmente, sobre o desmatamento crescente da Amazônia.

De acordo com o contexto histórico descrito acima, entre 1970 e 1980, a implantação das rodovias no local foi realizada com a ausência dos estudos acerca dos impactos ecológicos, sociais e físicos da região, agravando-se o desmatamento (LUFT, 2005). E foi com a rodovia Transamazônica que se deu o início da “ocupação” da Amazônia, visto que a mesma deu-se pela abertura da estrada, com o assentamento de 6.000 famílias através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado na década de 70. A região que se estende pelo oeste do Pará, por exemplo, teve um crescimento populacional de 6% ao ano (SAWYER, 1991). Com esse aumento da população rural a partir da década de 70, os agricultores migrando de outros estados do país não possuíam nenhum preparo para a vivência florestal. Eles produziam e se adaptavam com suas práticas já conhecidas da localidade onde habitavam, que tinham características rudimentares, tornando inevitável o desmatamento, ou seja, o modelo tradicional da ocupação da Amazônia levou a um aumento significativo do desmatamento da floresta (ALENCAR *et. Al.*, 2004).

As atividades econômicas da Amazônia são baseadas nas indústrias de bens de consumo como: madeira, mineral e agropecuária, e conseqüentemente, dentre as causas do desflorestamento, segundo ALENCAR *et. AL* (2003), estão a conversão da floresta em pastagens para a criação de gado, o corte e a queima para cultivos anuais pela agricultura familiar, a exploração madeireira, a expansão da agricultura, etc. A questão do processo de grilagem de terras - modo indevido de apropriação de terras públicas por meio de falsificação de documentos de titulares de terra - e a indústria farmacêutica - que possui o interesse nas espécies da floresta para a produção de medicamentos e cura de doenças -, serão pesquisadas e analisadas durante esse trabalho, não deixando de mencionar as relações que a Amazônia e seu desmatamento possuem com outros países.

Logo em seguida, aparecem os impactos ocasionados pelo desmatamento, como a perda da produtividade devido à compactação do solo, com a perda de nutrientes; as

mudanças no regime hidrológico e as mudanças climáticas, que se estendem por outras regiões do país, por exemplo.

Estudos mostram que as alterações no clima estão diretamente ligadas ao desmatamento tropical, seja para o desenvolvimento da indústria pecuária (substituição da floresta por pastagens), agricultura ou madeireira, pois como há um alto índice de desmatamento, a absorção de gás carbônico feita pelas matas diminuirá também em grande escala. Ao manter o processo de desflorestamento amazônico haverá uma grande alteração no clima do planeta, como o aumento da temperatura e a redução das precipitações (NOBRE, 2001). É importante ressaltar que ainda há autores mais cautelosos ao fazer essa relação, então é um tema que ainda carece de estudos mais aprofundados.

De fato, apesar do grande índice de desmatamento da floresta, há estratégias para desacelerar o crescimento do mesmo, ainda que não estejam totalmente em vigor devido às questões que envolvem, principalmente, os lucros obtidos pela comercialização das matérias-primas e da fauna florestal. No Brasil, tal fato é controlado através de fiscalizações, com a concessão de licenças e aplicação de multas para os infratores. Devido ao programa de licenciamento, houve uma diminuição do desmatamento, principalmente no estado de Mato Grosso, mesmo com as mudanças no governo estadual, ao relatar que o programa não faria mais efeito (FEARNSIDE & BARBOZA, 2003).

O trabalho desenvolvido abordará a questão do desmatamento da floresta Amazônica segundo a visão da imprensa, tendo como base de pesquisa a revista *Veja*, que é considerada um importante meio de transmissão de informações e notícias em todo o país. De acordo com Luft (2005), os jornais e revistas vêm sendo apontados como grandes responsáveis pela produção de informações para os novos meios digitais, abastecendo boa parte do que pode ser acessado pela internet.

As informações decorrentes no meio impresso, apesar de não serem consumidas diretamente pelo público-alvo acabam, de certa forma, chegando a todos por intermédio de um “efeito multiplicador” (VASCONCELOS, 1993, p.146). Dessa forma, a pesquisa terá como objetivo principal relatar a devastação massiva da floresta Amazônica, analisando as suas causas, seus impactos, as práticas agrícolas e a extensão do desmatamento através da mídia, analisando também as principais informações e notícias publicadas no meio de comunicação impresso citado acima, no que se refere à questão

do desmatamento, tendo como enfoque principal o estado do Pará, tendo como motivo desta escolha a consideração de ser um dos estados mais desmatados da Amazônia.

Contudo, a influência negativa do homem no equilíbrio natural do planeta está atingindo um nível que avança rapidamente a cada ano. A exploração dos recursos naturais da floresta deve ser rapidamente amenizada, com uma fiscalização efetiva e aplicação de multas para aqueles que não possuem autorização em retirar matérias-primas, caso contrário o desequilíbrio do planeta se tornará ainda maior e não haverá mais chances de evitar as consequências. A mídia tem um papel fundamental que é a transmissão de informações para seu público-alvo, porém deve-se analisar qual é o meio pelo qual vai ser obtida a notícia, pois muitas vezes, as informações são enganosas, e podem causar diversos problemas e controvérsias em meio à sociedade, se ela se colocar de forma passiva em relação àquilo que lê, sem contestar.

2. IMPRENSA – O JORNALISMO A SERVIÇO DO BEM COMUM

A noção de imprensa tendo como finalidade o jornalismo, surgiu há mais de 300 anos e tem sido, desde então, constantemente debatida e analisada. Ao iniciar a sua prática, o jornalismo tinha como objetivo construir a comunidade, a cidadania e a democracia (KOVACH & ROSENTIEL, 2004). Então, seus princípios não são definidos apenas pela tecnologia, pelos jornalistas ou pelas técnicas utilizadas diariamente, mas sim, pela diferença que exerce na vida da sociedade, como explica os autores Kovach & Rosentiel:

“Jornalismo é contar uma história com uma finalidade. A finalidade é fornecer às pessoas informação que precisam para entender o mundo. O primeiro desafio é encontrar a informação que as pessoas precisam para tocar as suas vidas. O segundo desafio é tornar essa informação significativa, relevante e envolvente” (Kovach & Rosentiel, 2004, p.226).

Luft relata que especialistas na área sociológica – partindo do princípio que uma sociedade que possui uma intensa fonte de informação pode exercer com mais fervor a sua cidadania - conseguem visualizar os meios de comunicação como mediadores do processo democrático, sem se distanciar da necessidade de transformar a informação no que diz respeito ao meio ambiente em fonte de lucro para suas empresas. Lemos afirma essa ideia em outras palavras:

“Transformar as questões ambientais em um produto vendável que traga prazer, informação, cultura e conscientização para os leitores e que propiciem mais retorno econômico para as empresas de comunicação” (ET AL., 1997).

Outro papel importante da mídia noticiosa nas sociedades é o seu potencial de agendamento (papel de inserir o tema na agenda política) e de gerar informação contextualizada (ANDI, 2008). A massa de informações sobre tais temas garante uma expressiva quantidade de notícias sobre o meio ambiente, em que, de acordo com o agendamento, terá como resultado uma maior preocupação referente aos leitores e com isso, dos que tomam a decisão sobre o assunto (ANDI, 2008).

Porém, o jornalismo não pode ter como único objetivo a inserção do tema noticiado na agenda política. É necessário que a imprensa forneça aos leitores uma

matéria com o maior volume de elementos para que o assunto seja bem compreendido. Conforme Dines relata:

“A matéria de hoje deve estar conectada - ainda por uma ágil oração intercalada - com a de ontem. O leitor não consegue guardar todos os detalhes da notícia e, com a velocidade das informações, sua capacidade de informação dilui ainda mais. Por esta razão, o repórter deve adotar uma atitude referencial e paciente, embasando cada informação nova com a devida complementação, ainda que a dita informação já tenha sido registrada em dias anteriores.” (1986, p.49).

Conforme Luiz Beltrão (1980), a principal característica do jornalismo é a informação de ideias, situações e fatos que, ao serem interpretados coletivamente conforme os interesses, são transmitidos à sociedade, tendo como objetivo o fortalecimento do senso comum. Portanto, o jornalismo deve ter compromisso social, democratizando o conhecimento e ampliando o debate (BUENO, 2007).

Uma das funções do jornalismo seria também a de educar, a partir do momento que fornece aos leitores dados e fatos que esclareçam a opinião pública e podendo, a partir daí, a sociedade agir de forma justa em que haja ordem, como relata Beltrão:

“Nenhuma ação pode ser construtiva se seu agente desconhece os fatos, as ideias que o geram, seus antecedentes e possíveis consequências”
(1980, p.38).

Os jornais e revistas são apontados como grandes produtores de informações para os meios digitais, pois abastecem boa parte do que pode ser acessado via internet, tendo como papel principal de serem “alimentadores-chaves” (COSTA, 2008, p.4). Historicamente, os jornais detêm uma capacidade e habilidade para a construção de reportagens, dando às mesmas, legitimidade e competência (LUFT, 2005, p.47). De fato, as informações noticiadas não são consumidas diretamente pelo público-alvo, elas vão chegando aos poucos a todos, agindo assim de forma multiplicadora.

No caso ambiental, a informação faz parte de um conjunto de ações consideradas fundamentais que procuram avançar em direção a uma compreensão correta no que diz respeito à relação social com o meio ambiente (LUHMANN, 1989). Reportagens e artigos sobre assuntos que rodeiam a pauta ambiental começaram a ser publicados pela mídia há cerca de três décadas atrás, percebendo que o tema deve ser considerado de alta relevância para a sociedade e principalmente, para aqueles que possuem o poder de decisão e de opinião nas mãos.

Além disso, a partir da grande divulgação de assuntos relacionados ao meio ambiente, este tema passou a ser bem discutido devido às questões que engloba, como sua conservação e a globalização. O chamado “jornalismo ambiental” segundo Bacchetta (2000), é considerado como efeito da atividade humana, desde o particular até as questões mais abrangentes sobre o planeta. O público, de uma maneira geral, retira a maior parte do seu conhecimento de ciência dos meios de comunicação em massa, afirmam Boycoff & Boycoff (2004). E Nelkin (1995) ressalta ainda mais essa questão relatando que, de fato, a mídia é a única maneira de a sociedade manter o contato com os fatos ocorridos na área ambiental e da ciência. Então, chegamos à conclusão de que todas essas informações transmitidas ao público de uma forma correta, sem especulações e sensacionalismo, servem de grande suporte para a educação e conhecimento político.

Portanto, o jornalista deve estar atento à imprensa, para que a sua cobertura seja feita de uma maneira clara e bem qualificada, onde o mesmo possa oferecer ao leitor um panorama verídico dos acontecimentos, mantendo sempre um aprofundamento no assunto. Feito isso, o leitor terá uma compreensão maior sobre o assunto e a partir daí, um conhecimento de mundo em relação aos problemas emitidos na mídia.

3 AMAZÔNIA DESMATADA

3.1 Contexto histórico nos anos 70 e extensões do desmatamento

A área desmatada da Floresta Amazônica alcançou $648,5 \times 10^3 \text{ Km}^2$ no ano de 2003, incluindo $100 \times 10^3 \text{ Km}^2$ de desmatamento anterior no estado do Pará (pré-1970) e no Maranhão (INPE, 2004). Em seguida, apresenta-se o gráfico¹ com as taxas de desmatamento entre os anos de 1978 – 2005:

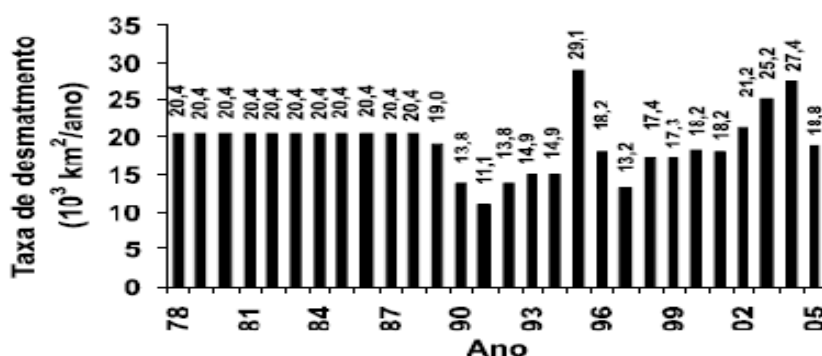


Gráfico 2: Taxas de desmatamento na Amazônia brasileira Fonte: INPE, 2004

Os valores atuais sobre o desmatamento podem ser obtidos na website do INPE <http://www.inpe.br> (acesso em 24 de agosto, 2010). De acordo com o contexto histórico, foi o aumento do crédito agrícola, ou seja, o aumento de capital para os fazendeiros que proporcionou o incentivo maior para o desmatamento. As terras durante o ano de 1997, por exemplo, chegaram a ter uma queda em cerca de 50% do seu preço, que atingiu o pico em 1995.

1

¹ O gráfico apresenta taxas atuais de desmatamento na Amazônia brasileira obtidas de dados satélite LANDSAT. As taxas de 1978 a 1988 são uma média durante este período antes do começo do monitoramento anual (Fearnside, 1993). Taxas de 1989 em diante dão do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, incluindo estimativas revisadas para o período (nenhuma estimativa existe para 1993).

O processo de ocupação da floresta se intensificou devido à fase da extração da borracha em que houve grande expansão da colonização da região, gerando assim riquezas para aqueles que comercializavam o produto. Esse período de extração teve seu auge entre os anos de 1879 e 1912, havendo um grande impulso no crescimento das cidades de Manaus (AM) e Belém (PA). Após isso, a colonização da borracha se estagnou devido ao crescimento da extração da mesma nos países asiáticos e a partir dessa competição houve o colapso da economia da Amazônia por pelo menos 30 anos (FAMINOW, 1998, p.32).

Após esse colapso, na década de 70 com a ditadura militar, houve a grande intervenção do estado no que diz respeito à implementação da colonização amazônica, e com isso foi lançado pelo presidente e general Emílio G. Médici o PIN (Programa de Integração Nacional) com o objetivo de povoar mais a região (MORAN, 1991). O pontapé inicial do PIN foi a construção da rodovia Transamazônica e a implementação de projetos colonizadores que também auxiliariam na diminuição das concentrações de posses de terra no nordeste e também afetariam na mudança do fluxo de migração interna (WOOD & WILSON, 1991). De acordo com o programa, o governo oferecia pedaços de terra aos recém-chegados e, além disso, um adiantamento de seis meses de salário mínimo e outros benefícios, como créditos para plantação de cereais, sementes, fertilizantes, pesticidas e moradia perto das rodovias para que os moradores tivessem um acesso melhor às escolas e comércios (MORAN, 1991, p. 286).

As variações das taxas de desmatamento relacionadas com os fatores macroeconômicos (índice de inflação e disponibilidade de capital) indicam que a maior parte do desmatamento é realizada por aqueles que investem em fazendas médias e grandes de criação de gado, utilizando-se da mão de obra familiar. De acordo com os levantamentos realizados em 1998, no auge do desmatamento, que se estende por Paragominas (Pará) até Rio Branco, foram encontradas apenas 25% das áreas que foram desmatadas em propriedades iguais ou menores que 100 hectares (NEPSTAD *et. al.*; 1999a).

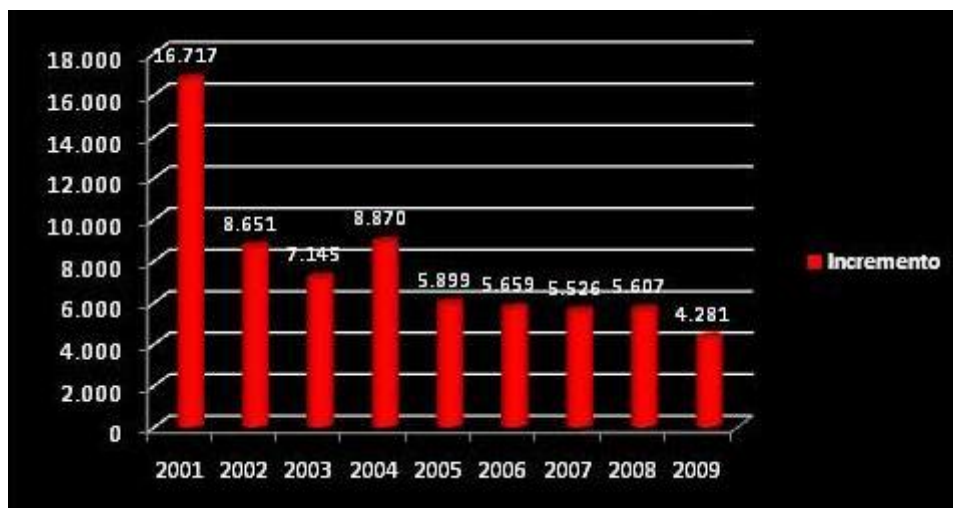
Atualmente, apresenta-se como maior ameaça o avanço das plantações de soja na região, pois o investimento maciço do governo em rodovias, ferrovias e hidrovias é estimulado. E tal investimento, provoca uma cadeia de exploração, podendo destruir mais florestas do que as próprias plantações requerem (FEARNSIDE, 2001c). As estradas formadas para a retirada da madeira acompanham as rodovias, que tornam as

fronteiras acessíveis para os que investem para obter lucros do comércio de madeira – o que aumenta a inflamabilidade da floresta, levando às queimadas utilizadas, também, para plantações de soja e criação de gado (transformam as florestas em pastagens).

Fearnside (2007) ressalta uma importante informação, pois na verdade, a questão do desmatamento ocorre desde a chegada dos europeus em 1500, como é destacado abaixo:

O desmatamento tem sido uma característica de paisagem amazônica desde antes da chega de europeus em 1500. Realmente, nenhuma floresta na região pode ser considerada “virgem” no sentido de não serem afetadas por atividades humanas passadas. Antes de dizimação das populações por doença e violência praticada pelos europeus, povos indígenas mantiveram áreas extensas de agricultura e eles enriqueceram a floresta circunvizinha com espécies úteis como a castanha-do-pará.

Por fim, a regularização fundiária e o ordenamento territorial são medidas fundamentais para alcançar o objetivo de combater o desmatamento com a necessidade de políticas efetivas. O gráfico a seguir, apresenta o incremento do desmatamento do Estado do Pará no período de 2001 a 2009, e tem apontado um decréscimo constante desde o ano de 2005, atingindo 4.281 km² no ano de 2009:



Incremento do desmatamento – Pará (KM²), 2001-2009.

3.2 As principais causas do desmatamento

Em 1970, a Amazônia era um vasto vazio demográfico com apenas 1,5 habitante/ km² e menos de 1 habitante/Km² nas áreas rurais. De acordo com Margillus (2003), apenas cerca de 12% do território encontrava-se como propriedade privada, sendo mais de 80% dessas propriedades ainda não desmatadas.

O desmatamento se tornou mais significativo nas últimas três décadas a partir da introdução do modelo de desenvolvimento e integração pensado para a região, que eram pautados por políticas de ocupação que se concretizavam por meio da implantação de grandes projetos, como o Projeto Carajás, construção de usinas hidrelétricas e rodovias, pelo qual poderiam atrair a população para terra firme e para novas áreas, abrindo espaços consideráveis na floresta (ALENCAR; BECKER, *et. al.*, 2004, p.19;).

O processo de ocupação da Amazônia desencadeou inúmeros fatores, os quais induziram o desmatamento, dentre eles se destaca a expansão da pecuária e da fronteira agrícola; a exploração madeireira; a abertura de rodovias ou outras obras de infraestrutura; a especulação de terras; o sistema de concessão de direito de posses; o crescimento populacional e econômico regional, etc. De acordo com Alencar (2003), a conversão das áreas em pastagens para a criação de gado, o corte e a queima da floresta para cultivos pela agricultura familiar e a implantação de cultivo de grãos pelas agroindústrias são as principais causas do desmatamento. De acordo com um estudo feito por Ângelo & Sá (2007), o fator que mais afeta o desmatamento da Amazônia é a extração madeireira, mesmo não sendo identificada a origem da mesma. O processo do corte seletivo resulta em um prejuízo de quase duas vezes o volume de árvores que estão sendo removidas (VERÍSSIMO *et. al.*, 1992). Nas proximidades de Paragominas, no Pará, para cada árvore cortada, 27 outras árvores foram mortas ou prejudicadas em grande parte (VERÍSSIMO *et. al.*, 1992). As áreas que são desmatadas ficam expostas ao sol e vento atingindo o solo da mata, e conseqüentemente, obtém-se microclimas mais secos.

Com relação à criação de gado, durante as décadas de 70 e 80, o aumento das áreas de pastagens foi comumente associado à alta inflação que assolava o país. O gado representava um real investimento que servia de seguro conta a desvalorização monetária (TONI *et al.*, 2007), além de valorizar as terras que eram transformadas em pastagens (MAHAR, 1979). As vantagens econômicas de investimentos em gados são: a existência de terra barata e abundante, mão-de-obra barata, bom mercado para o

produto e propiciadora de rápido ganho de capital (MAHAR, 1979). Porém, é importante mencionar que essas vantagens estão ligadas as políticas governamentais de investimentos, que possibilitam a ocupação de grande parte da floresta, por meio das rodovias e pela Transamazônica, onde se concentram grandes fronteiras agrícolas, seja por meio de assentamentos ou de grandes fazendas (TONI, *et. al.*, 2007). Como motivos da expansão da pecuária na região amazônica podem ser mencionados o desenvolvimento da economia regional e o aumento da demanda de carne nos mercados urbanos, tornando a atividade economicamente rentável (FAMINOW, 1998).

Sobre a agropecuária, no Mato Grosso ocorre grandes plantações de soja que estão se alastrando em direção norte a partir da área do cerrado (FEARNSIDE, 2001). A parte norte do Mato Grosso e uma grande área do sul e leste do Pará são dominadas por grandes fazendas de pecuária. Em algumas partes do Pará os agricultores representam a força principal sendo considerados como, por exemplo, ao longo da rodovia Transamazônica e no Amazonas, agentes importantes (FEARNSIDE, 2005).

As construções de rodovias provocaram grandes clareiras na floresta para a entrada de agentes de desmatamento e com isso, houve a grande procura por terra, com “grileiros”, que tomam posse de enormes áreas para obter lucros oriundos do aumento do preço de terras. Campari (2005) evidencia que:

O desmatamento da Amazônia é uma fonte de ganhos econômicos privados, frequentemente significativos, ao mesmo tempo em que impõe e externalidades negativas ou custos sociais (ambientais) associados ao desmatamento (Campari, 2005).

Os incentivos fiscais foram um forte condutor do desmatamento nas décadas de 1970 a 1980 (MAHAR, 1979). Porém, outros exemplos como o crédito subsidiado pelo governo com taxas abaixo da inflação, tornaram-se mais escassos depois de 1984. A terra era muito valorizada em 1994 e os preços eram bem mais altos do que poderiam ser, sendo justificados como insumo para a produção agropecuária. O desmatamento para a formação de pastagens era o mais barato e mais efetivo, embora fosse questionável até onde tal atividade era usada como especulação de terra, que foi importante até por volta de 1987, quando houve um aumento do lucro de pastagens a partir da produção bovina (FEARNSIDE, 1987, 2002b; MATTOS & UHL, 1994).

Contudo, conhecer os responsáveis pelo desmatamento é vital para quem busca sua redução. Em pronunciamentos frequentes, a pobreza é culpada pelos problemas ambientais da região, porém, o custo social da redução considerável dos índices do desmatamento seria muito menor do que é sugerido pelos mesmos.

3.3 Os impactos do desmatamento

Os impactos da devastação Amazônica são considerados graves, pois ameaçam a biodiversidade com a extinção da flora e da fauna, interferindo com isso no que diz respeito ao ciclo natural dos rios e aumentando a liberação dos gases que provocam o efeito estufa. O desmatamento leva à perda de serviços ambientais muito importantes como a ciclagem de chuvas e estoque de carbono, por exemplo, e tais perdas representam grandes ameaças para o clima, à floresta e principalmente, à população brasileira.

Toda a exploração pela qual a Floresta Amazônica está submetida traz uma série de consequências à mesma e também a outras regiões; esses impactos serão relatados a seguir, com base no estudo de FEARNSIDE (2005).

A erosão, a compactação do solo e a exaustão dos nutrientes causados pelo desmatamento levam à perda de produtividade no uso da floresta. Conforme a qualidade do solo piora, a produção agrícola declina, inviabilizando o manejo florestal sustentável dos recursos madeireiros, farmacológicos e genéticos disponíveis. Recursos da agricultura como o sistema de alternância de cultivo possibilitam manter níveis baixos de desgaste do solo, reduzindo, no entanto a produtividade, porém há outros meios de conter a degradação, como a adição contínua de cal, adubo e nutrientes, que podem se tornar ineficientes quando destinados a grandes áreas longe dos mercados urbanos – como é o caso das áreas de exploração amazônicas – pelas limitações de recursos físicos e econômicos.

Outra importante consequência é a mudança nos regimes hidrológicos, pois quando a floresta é convertida para outros usos, como a pastagem, as funções da bacia hidrográfica local são alteradas ou perdidas. Os padrões regulares das cheias são importantes para o funcionamento do ecossistema natural do rio e próximo a ele, assim como para a agricultura de várzea. Entretanto, nas áreas desmatadas esse padrão é alterado, pois a precipitação escoar rapidamente formando as cheias, seguidas por períodos de redução ou interrupção do fluxo dos cursos d'água, uma vez que os meios de retenção da mesma estão comprometidos.

Tradicionalmente acreditava-se que a porcentagem de água reciclada dentro da bacia Amazônica era de 50%, porém mais recentemente a estimativa está entre 20 e 30%. Ocorre que cerca de 50% da chuva que cai na bacia escoam pelo rio Amazonas e, dentro da outra metade, uma parte do vapor de água é mesmo reciclada (aqueles 20 a 30%), mas o resto escapa para o Pacífico, especialmente o vapor localizado sobre a ponta noroeste da bacia, na Colômbia.

Assim, uma quantia considerável de vapor é transportada para o sul e centro-sul do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, e parte continua pelo Atlântico em direção ao sul da África. Isso traz desdobramentos sociais e econômicos negativos como no caso das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, que ficaram sujeitas a repetidos apagões e racionamentos de energia em 2001, como resultado dos baixos níveis de água nos reservatórios hidrelétricos fora da região amazônica. Na região centro-sul do Brasil, o suprimento de vapor de água tem magnitude e importância diferenciada de acordo com a estação do ano, e a umidade vem através de correntes de ar procedentes da Bolívia e da parte ocidental da Amazônia brasileira (oeste de Rondônia, Acre e oeste do Amazonas). Durante o período de transição da estação seca para a chuvosa (setembro-outubro) no sudoeste da Amazônia o vapor é particularmente importante para evitar o prolongamento da estação seca em São Paulo (estado com grande importância na agricultura nacional). Já a capacidade de geração hidrelétrica é particularmente dependente da chuva na estação chuvosa no sudoeste da Amazônia (verão de dezembro), quando cerca de 70% da precipitação do estado provêm do vapor de água amazônico.

Além das alterações na precipitação ao longo da bacia e no transporte de água a longo alcance, o desmatamento também produz efeitos de média escala: foi observado recentemente um aumento de 5% na ocorrência de chuvas na área fortemente desmatada de Ji-Paraná (Rondônia), e dados provenientes de imagens de satélite mostram que nuvens se formam preferencialmente sobre áreas desmatadas que tenham a partir de 5km de diâmetro.

O desmatamento aumenta potencialmente o nível de precipitação porque cria correntes de ar ascendentes convectivas que levam à formação de nuvens. Esse efeito é danoso porque o aumento da precipitação sobre uma área desmatada implica na

diminuição da chuva em outra região, que inclui desde as bordas florestais ao redor do desmatamento até os longos destinos de transporte do vapor de água, já mencionados. A floresta próxima às bordas da área desmatada pode ser prejudicada porque as células convectivas formadas levam o ar úmido para cima, induzindo a chuva e criando uma descida de ar seco sobre os arredores do desmatamento, o que inibe a ocorrência de chuva no local, podendo resultar na secagem dessas florestas de borda. A seca adiciona um fator de retroalimentação que reforça a degradação das bordas da floresta pelo seu estresse com fogo e água, podendo atingir uma faixa aproximada de 20km, desde que ventos prevalentes não estejam soprando – pois estes dispersam o mecanismo das correntes convectivas.

Dada a riqueza animal e vegetal que abrigam, a perda de grandes partes das florestas tropicais brasileiras traz como consequência global o empobrecimento da biodiversidade da Terra. Se o desmatamento da Amazônia continuar até próximo de sua completa destruição, os níveis de risco à sua biodiversidade serão os mesmos pelos quais a Mata Atlântica está submetida hoje, sendo esta já uma floresta com pouca área remanescente e altos níveis de endemismo.

Outra consequência dos incêndios florestais é a emissão de gases do efeito estufa. O grande incêndio de Roraima ocorrido em 2003 liberou por combustão de 17,9 a 18,3 x 10⁶ toneladas de carbono equivalente ao carbono de CO₂, dos quais 67% (aproximadamente 12,0 x 10⁶ de carbono) foram provenientes de queimadas na floresta primária. De 1988 a 1994 (período base usado pelo Brasil para o seu inventário inicial de gás estufa para o Protocolo de Kyoto) foram liberadas 275 x 10⁶ toneladas de carbono, incluindo todos os componentes das emissões. Esse valor é maior que o dobro do valor oficial de 116,9 x 10⁶ toneladas, do Ministério da Ciência e Tecnologia. A diferença é explicada pela omissão de uma série de componentes na apreciação oficial (incluindo raízes e necromassa) e por uma estimativa elevada da absorção do carbono pelas florestas secundárias, que não reflete a lenta taxa na qual elas crescem nas pastagens degradadas da Amazônia.

A especificidade do desmatamento Amazônico para o aquecimento global em relação a outras florestas tropicais é o seu enorme potencial para emissões futuras de gases do efeito estufa. Em 1990, o estoque de carbono na biomassa na Amazônia

brasileira representava 38% do total das florestas tropicais. Nesse mesmo ano, as emissões líquidas comprometidas – que referem-se ao resultado líquido do total de emissões e absorções quando uma mesma paisagem florestada passa a ser usada para diferentes fins – do desmatamento no Brasil representaram 5% do total das fontes de emissão mundiais da época (incluindo tanto as mudanças do uso da terra quanto a queima de combustíveis fósseis).

Pela exposição de todas essas consequências é possível concluir que o desmatamento da Floresta Amazônica, em especial aquele feito por meio de queimadas, traz graves efeitos em médio e longo prazo, e se estende a territórios para muito além dos domínios amazônicos, trazendo implicações de ordem global tais como o agravamento do efeito estufa e a consequente contribuição para o aquecimento do planeta. A exploração indiscriminada da Floresta dificulta ou mesmo impossibilita o próprio uso da área desmatada, enquanto a sua utilização controlada e consciente potencializa ganhos econômicos e ameniza o comprometimento para a biota local. As alterações provocadas no ciclo da água também prejudicam a economia em outras regiões do território nacional, corroborando o fato de que o desmatamento traz mais prejuízos que benefícios, mesmo do ponto de vista puramente econômico, quicá se forem incluídos todos os problemas ambientais dele decorrentes.

3.4 A grilagem da floresta no Estado do Pará

O modo indevido de apropriação de terras públicas por meio de falsificação de documentos de titulares de terra é considerado no Brasil como “grilagem de terra” (FALEIRO,1995). Isso existe em virtude da especulação imobiliária, venda de madeiras e lavagem de dinheiro. O processo de grilagem e eco-grilagem percorre toda a floresta Amazônica, e tradicionalmente, são os estados do Amazonas e Pará que possuem o maior índice de ação dos grileiros do Brasil. No Pará, estima-se que 70% de terras pertencentes ao governo estadual e federal, destinam-se a assentamentos, reservas indígenas e ambientais, áreas militares e etc.

O estado, que possui 115 milhões de hectares, apresenta-se como o primeiro em grilagem de terra apesar de ser a segunda unidade de federação em tamanho. As regiões que apresentam maiores índices de conflitos no estado são as regiões do sul e sudeste do Pará, a partir do decreto estadual 410/1891 que estipula regular a alienação das terras devolutas situadas dentro dos limites do Estado do Pará, e dá regras para a revalidação de sesmarias e outras concessões do Governo e para a legitimação das posses mansas e pacíficas. Tais títulos deveriam ser submetidos ao processo de legitimação que só é concedida após o pretendente apresentar a comprovação do beneficiamento de terra, sua demarcação e medição, Se apenas 10 % forem legitimados, se tornando propriedades particulares, o restante ainda permanece em condições ilegais e mesmo assim, vários desses títulos considerados ainda ilegais foram registrados pelo Cartório de Registro de Imóveis como propriedades.

De acordo com as estatísticas, nos últimos trinta anos foram registrados cerca de 1775 conflitos onde envolveram cerca de 200 famílias e mais de 20 milhões de hectares. E como resultado dessa tragédia, estimou-se que ocorreu o assassinato de 705 trabalhadores rurais dentre eles, lideranças políticas, religiosas e sindicais. Dentre os casos de mortes por hectares de terra, em apenas 183 houve abertura de inquérito e 113 deles resultaram em processos, ou seja, 16,7% dos casos chegaram a tramitar na justiça e apenas 5,26% dos casos ocorridos foram julgados.

Um dos primeiros atos a serem realizados em relação a irregularidades de terras seria o cancelamento desses registros pela corregedoria de justiça do tribunal e também, a reversão das áreas para o domínio público, pois assim destinaria as áreas para projetos de socioambientalismo.

De acordo com o Instituto de Terras do Pará (INTERPA) possui mais de 100 processos que devem ser ajuizados, onde nos últimos cinco anos, cerca de 22 milhões de hectares de terra estão sendo disputados na justiça só nas 27 ações de Cancelamento de Registros ajuizados pelo INTERPA.

Há municípios no Pará cuja área cadastrada é superior à área territorial: o município de Acará, por exemplo, possui uma área igual a 854.200 ha e possui uma área cadastrada de 1.040.112,7 ha. O caso mais crítico é o estado do município de Moju, que possui área territorial de 1.172.800 ha e registra-se um área cadastrada de 2.750.080, 4 ha. Tais dados obtidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ainda no ano de 1985, e ainda não foram realizadas nenhuma ação efetiva por parte do poder público.

Em relação à federalização das terras Amazônicas, todos os estados da floresta tiveram uma parcela considerável de suas terras federalizadas pelo governo militar, onde passaram a considerar a ocupação de terra com uma questão de segurança nacional. Mais de 70% das terras do estado do Pará, com o decreto 1.1674/71, passaram sob jurisdição federal. Apesar de o decreto sofrer revogação em 1987, até hoje os trabalhadores e o poder público, não sabem quais as terras que estão sob a competência federal e estadual.

Desde 1995 o estado do Pará tenta resgatar uma dívida histórica com os remanescentes de quilombos, se destacando como o primeiro estado que reconheceu o direito de propriedade para os remanescentes das comunidades de quilombolas. Cerca de 11 títulos com mais de 414,399,0249 hectares já beneficiaram 1.365 famílias. O Pará atualmente possui 55,8% de suas terras tituladas e 19,41% das famílias de quilombolas, como mostra a tabela:

Nº	Região	Área	Nº de famílias	TR. AS.	Áreas adquiridas	Área não destinadas	PA's	Fam. Assent.
124	Guajará	603.050,9773	6.492	22	87.251,6473	38.082,0000	49.169,6473	965
62	Salgado	54.587,1623	3.046	14	5.830,0623		5.830,0623	455
229	Bragantina	1.744.226,4613	25.704	117	881.619,6249	237.102,9710	649.894,2559	12.299
50	Tocantina	199.422,8590	2.420	3	15.397,9518		15.397,9518	293
91	Alto Tocantins	1.020.141,9499	18.391	27	468.794,5299	2.015,1222	466.779,4077	6.313
488	Sudeste	3.486.655,7903	63.538	227	1.320.779,1407	50.672,8507	1.270.106,2900	29.152
441	Sul	4.620.500,6365	57.840	260	1.647.350,5765	100.541,5960	1.546.808,9805	28.781
142	Transamazônica	1.867.121,8290	21.009	17	1.157.893,0990	3.226,0204	1.154.567,0786	14.448
105	Baixo Amazonas	1.924.100,3426	10.768	8	587.416,1226	4.818,2600	582.597,8626	5.290
43	Marajó	49.520,5587	530	8	4.196,0587	2.141,0033	2.055,0554	46
750	TOTAL SR 01	6.383.920,5755	67.644	200	2.672.173,4391	280.003,2310	2.397.547,8101	31.690
1.025	TOTAL SR 27E	9.185.407,9914	142.094	503	3.504.355,3746	155.370,5722	3.345.658,7820	66.352
1.775	TOTAL PARÁ	15.569.328,5669	209.738	703	6.176.528,8137	438.699,8236	5.743.206,5921	98.042

Tabela 1 : Quadro de violência no Estado do Pará.

Fonte: Fetagri- PA, 1995.

3.4.1 Porque o Estado do Pará é um dos mais afetados pelos conflitos de terra?

O governo federal em 1971 instituiu a prática de confiscar as áreas da Amazônia, colocando-as sob a esfera federal. Isso era feito sem o aviso prévio as outras esferas de governo e ocorreu devido ao governo federal considerar as terras confiscadas como sendo necessárias “à segurança e ao desenvolvimento”. O processo ficou conhecido como “federalização das terras amazônicas” e o estado mais penalizado por ele foi o Pará por ser um dos mais cortados por estradas federais. Com isso, apenas 30% das terras ficaram sob jurisdição do Governo do Estado.

As terras que foram confiscadas pelo governo federal foram destinadas com as finalidades de venda, projetos de colonização oficial e implantação de grandes projetos e percebe-se que não foram os produtores rurais que foram os beneficiários dos programas. Porém, mesmo havendo jurisdição de áreas reduzidas e perdidas imensas áreas de terra, os estados amazônicos permaneceram com a venda de lotes de áreas restantes.

Terras eram vendidas sem o menor respeito às condições ambientais, precisão ou cuidado cartográfico aliás, as mesmas eram demarcadas pelos próprios proprietários. Foram milhares de hectares vendidos a preços mínimos, ou seja, o Estado do Pará alienou terras superpostas a títulos de posse.

Enfim, os projetos de colonização feitos às margens das estradas federais fracassaram e a partir daí, foram recompradas por grileiros e fazendeiros, ou seja, trata-se de um processo perverso do Estado, que promove com isso a miséria social, exclusão de classes desfavorecidas e a concentração de riquezas nas mãos dos que já possuem renda mensal elevada (FALEIRO, 1995).

4 A AMAZÔNIA NA IMPRENSA

A Amazônia ainda é reportada na imprensa brasileira de uma forma totalmente isolada, fragmentada e depende de acontecimentos especiais para alcançar a opinião pública (LUFT, 2005). Ao ser divulgado o aumento do desmatamento, os conflitos entre atores importantes ou quando apresentam denúncias que impulsionam o desmatamento ilegal, tais momentos de crise viram notícias de primeira mão. Em suma, a complexidade que marca os discursos e práticas sociais da floresta faz com que, desde a década de 70, seja um tema da mídia nacional e internacional (ABREU, 2006).

Ao analisar, enfatizando a temática dos desmatamentos e queimadas da Amazônia, Costa (2008) considerou que o discurso da mídia impressa sobre as questões ambientais durante as últimas quatro décadas, nos anos de 1970, considerando as matérias que abordaram o assunto, estas foram pouco expressivas em relação às décadas seguintes, contesta a autora:

Os desmatamentos já eram citados em artigos e matérias que alertavam para a rápida destruição da floresta em decorrência dos projetos de colonização do governo federal e das políticas de investimentos na região, especialmente o incentivo à formação de pastos, sob a tutela do Sudam. (COSTA, 2008, p.9).

E por volta da década de 1980, a imprensa (principalmente a internacional), notou que os problemas que envolviam a Amazônia brasileira poderiam render uma série de manchetes, e essa mudança na intensificação da cobertura amazônica durante essa década foi decorrente principalmente pela divulgação, em 1988, das imagens do satélite pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), onde foi contabilizada para a Amazônia Legal uma média anual de 21.050 mil Km² de desmatamento entre 1977 e 1988 (INPE, 2008). Atualmente, os temas mais frequentes abordados pela mídia são a questão do desmatamento, a extração ilegal da madeira, a demarcação das terras indígenas, o conflito fundiário, o potencial biotecnológico e a construção de grandes obras de infraestrutura, como as rodovias e hidrelétricas.

Lembrando o foco deste trabalho, foram analisadas algumas partes de edições encontradas da revista *Veja* que foram lançadas na década de 1970 e uma edição especial exposta no ano de 1997 em dezembro. A primeira a ser analisada relata sobre a questão das estradas que fazem ligação com a Amazônia, mais precisamente a Transamazônica, e o nordeste, visando a questão da comercialização das matérias-primas e o favorecimento da expansão de navegação fluvial na região como relata Eliseu Resende, diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem:

O traçado da Transamazônica toca todos os pontos terminais dos sistemas de navegação fluvial da Amazônia. Esse casamento ou essa complementação entre a estrada e o rio, ou entre o caminhão e o navio, favorece a expansão da navegação fluvial na região, rotas até agora mais parecidas com becos sem saída, sobretudo na Amazônia meridional.
(Revista *Veja*, 1970).

Como dito anteriormente, na década de 70, a questão do assunto “desmatamento da Amazônia” – incêndios florestais e queimadas - era noticiada como algo complementar, associado ao foco do momento que seria a questão do processo de ocupação econômica do local - criando uma infraestrutura agrícola -, e a abertura das estradas que iriam promover a urbanização da floresta, realizada pelo então Presidente e general Médici tendo o mesmo como o tema desta edição.

Ao analisarmos uma edição mais atual da revista, precisamente dos anos 90, percebemos que a questão do desmatamento da floresta foi muito bem noticiada, relatando sobre o processo histórico desde os anos de 1970 (mencionado acima) até o ano de 1997 – ano em que a edição da revista foi lançada -, analisando a destruição da floresta, a extinção de espécies de animais e de flora, como relata a jornalista Tales Alvarenga:

Aos poucos, mas ininterruptamente, a Amazônia está sendo comida pelas queimadas, pelo furor das serrarias, pela poluição descontrolada dos garimpos e pela instalação de fazendas de gado em várzeas que funcionam como berçários de peixes (Revista *Veja*, 1997).

Tales Alvarenga relata também que o governo tentou encontrar soluções efetivas para a diminuição do desflorestamento, porém o esquema só acarretou em mais destruição e problemas na região, como é dito no trecho abaixo:

Em várias oportunidades, o governo tentou encontrar soluções para a pobreza endêmica da região Amazônica e sempre optou por soluções ora simplistas, ora megalomaníacas, que, no final das contas, acabaram produzindo tipos como o derrubador de árvores. Brasília perturbou populações indígenas tirando-as de seus territórios a pretexto de fazer a Amazônia progredir, rasgou estradas inúteis no fundo da mata, atraiu sem-terra do Nordeste para desmatar e plantar na floresta, incentivou a criação de gado numa região que não se presta a isso. Cometeu todos os erros imagináveis nas circunstâncias e nunca quis enxergar o óbvio. (Revista *Veja*, 1997).

Isso pode mostrar a verdadeira catástrofe feita durante todos esses anos na floresta. Muitos empresários, ao invés de investirem em novas empresas na região, utilizavam o dinheiro para a compra e venda de terras para especulação futura e muitos até mesmo possuíam empresas fictícias. Muitas delas devastavam grandes áreas para a criação de gado, desprezando a disponibilidade de campos naturais e assim, ocasionando em grandes prejuízos ecológicos.

Thomas Traumann, redator de uma das matérias da revista, relata também a grande devastação das indústrias madeireiras e pecuaristas sob a floresta, dizimando o habitat de centenas de espécies de animais com o fogo que se alastra ao transformar a mata em pasto:

Há hoje uma visão catastrofista do futuro da Amazônia. Nela, pintam-se madeireiros e pecuaristas avançando sofregamente sobre um fiapo restante da selva. O fogo, utilizado para queimar a mata e dar lugar aos pastos, leva consigo árvores centenárias e destrói o habitat de centenas de espécies de animais. No seu rastro, um cenário de terras devastadas e cidades miseráveis, herança da exploração desenfreada (Revista *Veja*, 1997).

Em relação às indústrias madeireiras³ da região do Pará, o mesmo jornalista alega a ação dos “bufeteiros” – motoristas de caminhão que são encomendados para cortarem toras de árvores sem ao menos saber a quem pertence, e levarem às serrarias. No caso da região da cidade de Tailândia, nas margens da estrada BR-158 no Pará, já é nomeada como o novo pólo madeireiro da Amazônia:

Quase todos os bufeteiros operam sob contrato de risco – só recebem pagamento se acharem madeira (...). É roubo mesmo, e as serrarias recebem o produto sem nenhum constrangimento (...). Tailândia, no Pará, está se tornando um dos lugares onde mais se corta madeira no Brasil. Resultado dos fracassados projetos de colonização dos anos 70 (Revista *Veja*, 1997).

Abaixo, podemos analisar citações dos jornalistas que elaboraram as matérias, e que acoplaram uma nas outras para que assim, conseguissem atingir o objetivo de montar a revista como edição especial de 1997:

A indústria madeireira é a terceira em geração de empregos na Amazônia, depois da agricultura e da pesca. Em toda região Norte, mais de 600.000 pessoas vivem da madeira. Cada dia de trabalho rende 6,7 aos mateiros, cortadores, motoristas e ajudantes que entram no meio da floresta para arrancar seu ganha-pão.
(Revista *Veja*, 1997).

(...). O apocalipse, no entanto, já desceu sobre pedaços consideráveis da região. Seria conveniente que eles funcionassem como alerta. Uma boa mostra fica na região do Vale dos Carajás, no Pará. Como em uma dúzia de outras áreas da Amazônia, ali hoje se reúnem dois tipos de degradação. Uma é a terra, transformada em cemitério de tocos, onde havia antes uma floresta luxuriante. A outra é a humana.
(Revista *Veja*, 1997).

A queimada é feita como uma câmara de pneu de carro presa a um pedaço de madeira. O fogo é colocado na borracha, que se derrete enquanto é arrastada no meio do mato ou do pasto. Cada pinga da borracha derretida provoca um pequeno foco de incêndio. Não há nenhum controle do alastramento do fogo.
(Revista *Veja*, 1997).

Como dito em um dos capítulos anteriores, as informações contidas nas páginas de um meio comunicativo devem ser descritas de forma clara para o bom entendimento e clareza do leitor, como pode ser observado nas citações acima. Os jornalistas analisam e descrevem com total clareza os detalhes da devastação da Amazônia, mostrando ao público-alvo a grande importância em se transmitir tais informações aos mesmos, e com isso, a questão do conhecimento dos fatos ocorridos em sua volta tornam-se bem esclarecidos e assim, se criem opiniões e ações efetivas para a diminuição das catástrofes mencionadas nas reportagens acima.

2

² De acordo com o extenso trabalho da ONG Imazon, para cada árvore entregue a uma serraria no Pará, outras 27 caíram inutilmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que, de fato, o controle do desmatamento é essencial para evitar os danos e os impactos da perda da floresta. O governo já mostrou ter uma influência notável sobre as taxas de desmatamento e além da repressão a esse evento em áreas onde o mesmo já é bem avançado em propriedades privadas, certas decisões do governo terão grande efeito sobre as taxas regionalmente.

A atuação direta da política seria um dos principais elementos para que o desmatamento diminua. É preciso que haja confiança entre as esferas de governo para que cada uma possa se apoiar na outra e assim, amenizar esse problema que afeta não só a população local, mas o planeta de uma maneira geral. Abaixo está a tabela dos possíveis cenários climáticos futuros. Percebemos que parte dos impactos já estão sendo vistos e sentidos em todo o planeta:

Possíveis cenários climáticos futuros *			
Região	Projeção do clima futuro: Altas emissões (A2)	Projeção do clima futuro: Baixas emissões (B2)	Possíveis impactos
Norte (inclusive Amazônia)	4 a 8°C mais quente, com redução de 15% a 20% do volume de chuvas, atrasos na estação chuvosa e possíveis aumentos na frequência de extremos de chuva no oeste da Amazônia.	3 a 5°C mais quente, com redução de 5% a 15% nas chuvas. O impacto não é muito diferente daquele previsto pelo cenário A2.	Impactos na biodiversidade, risco da floresta ser substituída por outro tipo de vegetação (tipo cerrado). Baixos níveis dos rios amazônicos podendo afetar o transporte. Risco de incêndios florestais devido ao ar mais seco e quente. Impactos no transporte de umidade atmosférica para as regiões Sul e Sudeste, com conseqüências para a agricultura e geração de energia hidroelétricas.
* Derivados das análises dos modelos do IPCC AR4 e do relatório de Clima do INPE para os cenários de altas (A2) e baixas (B2) emissões, assim como seus impactos em nível regional.			

Fonte: IPCC/INPE, 2005.

Não podemos deixar de mencionar também a questão do rigor das penalidades, as quais deveriam ser suficientes para impedir os desmatamentos ilegais. O governo do estado do Pará vem depositando grande confiança em um projeto de Zoneamento Ecológico Econômico com grandes expectativas de fragmentar boa parte da situação. Os governos dos estados próximos não devem esperar resultados de apenas um local, devem se aliar

para que juntos possam ter mais força na repressão do desmatamento sem que haja abandono do mesmo após a ausência de noticiamento feito pela mídia.

O problema que é provocado apenas em uma região da Amazônia, acaba se estendendo por todas as regiões do país, onde ocorre a perda do ecossistema e biodiversidade, uma maior tendência para a aridização, maiores possibilidades de chuva e seca, elevação do nível do mar e também, o desequilíbrio da temperatura:

Sabe-se também que pouco era noticiado pela revista abordada nesse trabalho, nos anos 70, sobre a questão do desmatamento em si, pois o governo da época estava primeiramente focado na questão da ocupação econômica da floresta e na construção de rodovias e estradas que impulsionariam a economia da região. Após esse período foi que passaram a problematizar a urbanização de parte da floresta e a relatar sobre o desmatamento da mesma, analisando as causas e os impactos da incrível devastação, como pôde ser percebida no relato de uma das edições da revista analisadas no trabalho, visto que noticiado somente nos anos 90.

Ainda é possível minorar os grandes problemas que circundam a região, diminuir os conflitos, reverter boa parte das fraudes, amenizar a grilagem e principalmente, fazer renascer o que foi desmatado, visto que tudo isso é um patrimônio público de toda a nação do entorno da floresta Amazônia. Porém, nem tudo é muito fácil de realizar, visto que a extensão desmatada é grande e o número dos que extraem as riquezas da floresta são de grande escala, sem esquecer também dos interesses econômicos por parte dos políticos corruptos que governam os estados.

6 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Tales; TRAUMAMM, Thomas;. **Acervo Amazônia: Um tesouro ameaçado** digital Veja. Editora Abril. 24 de Dez, 1997. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>> acesso em 15 de Out. 2010.

BORNHOFEN, Carlos. **A guerra da Amazônia**. Editora Novo Século, cap.2, 2004. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos3/guerra-amazonia/guerra-amazonia.shtml>> Acesso em 22 de Fev. 2011.

COELHO, Andréa. **Desmatamento e políticas públicas do Pará**. Diálogos sobre o desenvolvimento. Coordenadora Técnica da Diretoria de Pesquisas e Estudos Ambientais –IDESP. 3 de Set. 2010. Disponível em: <<http://dialogosdesenvolvimento.blogspot.com/2010/09/desmatamento-e-politicas-publicas-no.html>> acesso em 10 de Jan. 2011.

COSTA, Luciana Miranda, (UFPA). **Sob o olhar da mídia: Uma análise da cobertura da imprensa sobre desmatamentos e queimadas nos últimos 30 anos**. Junho, 2008.

FALEIRO, Airton Luiz. **O desenvolvimento da Amazônia na visão dos produtores familiares rurais**. Disponível em: <<http://www.fvpp.org.br/fotos/biblioteca/visao.pdf>> acesso em 20 de Agos. de 2010.

FEARNSIDE, Philip M. **Desmatamento da Amazônia: dinâmica, impactos e controle**. V. 36, p. 305 - 400, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aa/v36n3/v36n3a18.pdf>> acesso em 15 de Jan. de 2011.

FEARNSIDE, Philip M. **Desmatamento da Amazônia brasileira: história, índices e consequências**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Manaus, Brasil.

GUZZO, José Roberto; POMPEU, Sérgio. **A nova imagem de Médici**. Acervo Digital Veja. Editora Abril, 1 de Jul, 1970. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> acesso em 23 de Jan de 2010.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária da Amazônia**. Dossiê Amazônia Brasileira 2. Estud. Av. v.19 n°.54, São Paulo May/Aug. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000200005&script=sci_arttext&tlng=en#top7> acesso em 24 de Jan. 2011.

LUFT, Schirley. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: Os desmatamentos nos jornais *O Liberal do Pará* e *A Crítica do Amazonas***. Centro de Documentação e Informação Polis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Editora Annablume: Fapesp. São Paulo, 2005.

PRESOTTI, Clarissa Guimarães Carvalho. **Amazônia em crise: O avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil**. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.